

12297 - Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural com Enfoque Agroecológico: Análise das Ações do UNIATER no Território do Recôncavo da Bahia

Public Policies Technical Assistance and Rural Extension with Agroecological Approach: Analysis of Actions in the Territory of the Uniater Recôncavo Bahia

SANTOS, Isabel de J.¹; OLIVEIRA, Bruna Maria Santos de²; ABREU, Claudia Brito²; REIS, Ademilde Silva dos²; OLIVEIRA, André Santos de²; OLALDE, Alícia Ruiz³.

1- Centro de Formação de professores – CFP/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, grupo Agrovida, isaagronomia@gmail.com; 2- Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas-CCAAB/UFRB, grupo Agrovida, agrovida_ufba@yahoo.com.br; 3- CCAAB-UFRB, alicia@ufrb.edu.br

Resumo: A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) , construída em parceria com as organizações sociais, foi instituída pelo Governo Federal a partir do ano de 2003. Define que ela deve contribuir para implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável; ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria de Difusão de Inovações; uso das metodologias participativas nos serviços públicos de ATER. A atividade abrange 18 comunidades e um assentamento no total 5 municípios. Tomou como base a metodologia de agentes multiplicadores utilizou-se as metodologias participativas com ferramentas do diagnóstico rápido participativo, a exemplo da técnica FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças). O princípio básico do DRP (diagnóstico rápido participativo) consiste em favorecer a troca e a aprendizagem entre todos (as) os (as) participantes das atividades coletivas que possuem cunho sócio-educativo e político. O objetivo desse trabalho é avaliar as ações de ATER desenvolvidas com comunidades do Território do Recôncavo da Bahia.

Palavras-chave: Políticas públicas de ATER; Agricultura familiar e Agroecologia.

Abstract: The National Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), built in partnership with social organizations, was established by the Federal Government from the year 2003. Defines that it should contribute to the implementation and consolidation of sustainable rural development strategies; break with the model based on extension theory of Diffusion of Innovation; use of participatory methodologies in public ATER. The activity covers 18 communities and five municipalities in the total settlement. Was based on the method of multipliers was used participatory methodologies in participatory rapid diagnostic tools, such as the FOFA (strengths, opportunities, weaknesses and threats). The basic principle of DRP (participatory rapid diagnosis) is to facilitate exchange and learning among all (as) (s) participating in group activities that have a socio-educational and political. The aim of this study is to evaluate the actions developed with communities ATER Planning Recôncavo of Bahia.

Key words: ATER public policies; family farming and Agroecology.

Introdução

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), construída em parceria com as organizações sociais, foi instituída pelo Governo Federal a partir de 2003. A PNATER define, entre vários outros assuntos, que ela deve contribuir para: implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável; ruptura com o

modelo extensionista baseado na Teoria de Difusão de Inovações; uso das metodologias participativas nos serviços públicos de ATER e os seus agentes agindo como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável.

Embora haja afirmação que o processo de construção da “nova” Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER esta sendo pensada a partir do desenvolvimento local, nas ações de cunho endógeno, percebe-se que faltam alguns instrumentos que perpassem pela emancipação educativa dos (as) agricultores(as), pois na prática persistem alguns obstáculos para concretização dos mesmos, entre eles, a resistência dos técnicos(as), assessores(as) e também por parte dos (as) agricultores(as) familiares. Ao mesmo tempo em que se pensa em romper com as “formas” elaboradas de assistência técnica baseadas na inovação tecnológica com pacotes fechados e na transferência de tecnologia, a matriz tecnológica e a formação profissional continuam os mesmos, bem como os órgãos de competência técnico-pedagógica persistem em inovar sem fazer uma reflexão sobre essas problemáticas. Trata-se de fazer uma análise sobre o modelo de desenvolvimento e que essa discussão não passe apenas pelos órgãos de assistência, mas que se discuta também dentro da academia, que tem a atribuição de formar os profissionais em cidadãos críticos dentro da sociedade. A “Extensão Rural” hoje tenta trazer para o debate o praxis da construção dialógica, voltada para a Agroecologia, que valoriza os conhecimentos tradicionais e as formas de organização coletiva. Sendo assim, a afirmação que não existe agroecologia sem relações entre diversos atores de diferentes concepções e com agricultores (as) é válida e necessária

É primordial a articulação das trajetórias de construção da Agroecologia nas instituições acadêmico-científicas, técnicas e nas organizações da sociedade civil para que a perspectiva agroecológica, seja ampla e efetivamente incorporada como enfoque orientador de transformações estruturais na agricultura brasileira (AGRICULTURAS 2010, pg 11). As Metodologias Participativas tentam (re)apropriar dos significados dos(as) atores sociais do campo como os sujeitos que pertencem a determinada família e possuem conhecimentos empíricos sobre agricultura, e formam uma comunidade na qual constroem suas dinâmicas e relações. São associações de desenvolvimento comunitário, associações de estudantes, cooperativas e assentamentos engajados nos processos de aprendizagem na perspectiva de envolvimento endógeno com todas as gerações.

O objetivo desse trabalho é avaliar as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvidas com comunidades do Território do Recôncavo da Bahia.

De acordo com Petersen (2009), a origem dessa mudança na academia é contemporânea à própria implantação do projeto de modernização agrícola, sendo representada pelas atitudes de profissionais que defendiam a necessidade de uma ciência e praxis capazes de superar os impasses e danos socioambientais provocados pela Revolução Verde. A ação desses profissionais contribui para o progresso e delineamento dos contornos conceituais, metodológicos e técnicos da agricultura alternativa, proporcionando maior consistência teórica e maior capacidade de análise e intervenção na realidade aos profissionais que se identificam com esse movimento de resistência e crítica a industrialização da agricultura. A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente e socialmente viável.

Metodologia

A atividade abrange 18 comunidades e um assentamento no total 5 municípios (Santo Amaro, Maragogipe, São Felipe, Cruz das Almas e São Félix). Para discutir e avaliar as alternativas metodológicas de concepção de extensão, o Grupo Agrovida tomou como base a metodologia de agentes multiplicadores, contando com a juventude rural sempre nos momentos necessários para realizar as ações, debates, discussões, sociabilidade e participação, nos espaços políticos, sociais e econômicos.

No primeiro momento utilizou-se as metodologias participativas com ferramentas do diagnóstico rápido participativo, a exemplo do FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças). O princípio básico do DRP (diagnóstico rápido participativo) consiste em favorecer a troca e a aprendizagem entre todos (as) os (as) participantes das atividades coletivas que possuem cunho sócio-educativo e político.

Os métodos de extensão são individuais e grupais e massais, nesse caso, utilizaram-se os dois primeiros. No primeiro momento às atividades foram feitas coletivamente, onde se utilizou as metodologias participativas na perspectiva do trabalho em grupo (diagrama de VENN, caminhada na propriedade e FOFA).

O método com dinâmicas de grupo para estimular a interiorização pessoal, levando o indivíduo ao reconhecimento de suas limitações, suas deficiências e seus hábitos. Esta técnica permite a dinamização de um grupo, colocando-o em plano de trabalho em equipe, ou na busca do senso comum a respeito da cooperação, impedindo-o de se fechar sobre si mesmo, de modo que os participantes podem crescer dentro do grupo, e o grupo poderá transformar o ambiente, mediante a promoção das pessoas ligadas a organização social local.

Os dados referentes à apreensão da realidade das comunidades foram coletados a partir do Diagnóstico Participativo. Essa metodologia é essencialmente dialógica, deixando aflorar a participação dos agricultores familiares no levantamento de informações (GOMES, SOUZA & CARVALHO, 2005). Essa fase refere-se à análise da situação e a identificação de problemas ou limitações. Na segunda fase, que se pretende aprofundar as limitações identificadas, serão utilizadas as técnicas de mapeamento das comunidades, a árvore de problemas, o diagrama de Venn e os fluxogramas dos insumos.

Resultados e discussão

Com o desenvolvimento do trabalho, foi diagnosticado o uso intensivo de Agrotóxicos no controle de pragas e doenças, que em muitos casos são produtos que não são utilizados nas culturas, a exemplo de: inhame, amendoim, milho, feijão de corda, jiló, alface, berinjela e quiabo. Em seguida foram feitas oficinas de controles alternativos de pragas e doenças utilizando e potencializando recursos naturais renováveis e que possuem na comunidade.

A abordagem territorial trabalhada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como principal foco de ação a população rural mais susceptível ao empobrecimento, como os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária. Especificamente no território do Recôncavo da Bahia, a discussão da territorialidade rural ocorre em torno de construção de políticas de inclusão social e de fortalecimento das estruturas econômicas,

sociais e culturais da agricultura familiar e dos assentados de reforma agrária, bem como de remanescente de quilombolas. Estima-se que 34,4% (dados de 2010) da população desse território vivem ainda no meio rural, e muitos deles residem no meio urbano, mas que, entretanto, ainda dependem do meio rural para o seu sustento.

Percebe que esse esvaziamento do campo tem vários fatores de influência, destacando o de acesso a terra, ou seja, a subdivisão dos minifúndios decorrente da problemática social da agricultura familiar voltado para reforma agrária. Os momentos de atividades grupais explicitam a necessidade de construir alternativas para a sustentabilidade da agricultura familiar e se hoje a necessidade real é apenas assistência técnica para famílias que sobrevivem em minifúndios, e enquanto não avançar em políticas públicas de acesso a terra não se consegue fomentar condições estruturantes de permanência no campo, como podemos observar na tabela 1- as propriedades dos agricultores familiares dos municípios analisados 48,8% possuem menos que 2 hectares e 26,2% possuem até 4 hectares. Vale as lientar que a média do modulo fiscal é de 30 hectares que corresponde a 1 modulo fiscal no Território do Recôncavo da Bahia.

Tabela 1 - Análise da estrutura fundiária dos Agricultores Familiares do Território do Recôncavo da Bahia.

Nº de Agricultores Familiares	Área (ha)	Agricultores Familiares (%)
164	2	48,8
88	4	26,2
30	6	8,9
40	8	11,9
7	10	2,1
2	12	0,6
4	14	1,2
1	16	0,3
Total	336	964
		100

O tamanho das propriedades mostra um desafio aos poderes públicos em pensar em políticas de assistência técnica e extensão rural sem pensar em sanar o problema da terra, mesmo com altas tecnologias, o tamanho da terra é insignificante para a permanência dos jovens no campo, e nas organizações de reforma agrária é necessário fazer algo além do financiamento da terra pelo programa crédito fundiário, é preciso construir dinâmicas intersetoriais para possibilitar acesso a estradas, transporte, saúde, lazer e educação. De acordo com a realidade vivenciada e diagnostica existem paradigmas a ser vencidos: de um lado estão os (as) agricultores (as) familiares “sem

terra” que moram em condições de uma infra-estrutura diferenciada, possuem ensino fundamental próximo de casa para os filhos, têm postos de saúde da família, estradas que permitem o escoamento da produção, é uma espécie de espaço de moradia baseada em multifuncionalidade da agricultura familiar.

Do outro lado estão os assentamentos, onde não se tem o básico de infra-estrutura, nem tão poucas tecnologias para produção, as estradas que dão acesso aos assentamentos são esquecidas, poucos possuem escolas no assentamento, em fim, não existem possibilidades dos jovens ocuparem as terras, porque, muitas vezes as terras são impróprias para determinadas culturas. Porém fica a questão: Como avançar sem mudança da estrutura fundiária, e como proporcionar dinâmicas sócio-econômicas em locais que não se tem uma infra-estrutura básica, a terra e a água, recursos naturais fundamentais para produção agropecuária?

Agradecimentos

Aos Agricultores Familiares do Território do Recôncavo da Bahia; Grupo AGROVIDA - Movimento de Apoio a Agricultura Familiar e Agroecologia da UFRB; SEAGRI – Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária da Bahia; Suaf - Superintendência da Agricultura Familiar, pela confiança, apoio e credibilidade.

Bibliografia Citada

AGRICULTURAS: **Experiências em Agroecologia**. Revista, v.7, nº 3. Rio de Janeiro, out. 2010.

GOMES, M.A.O. SOUZA, A.V.A. de. CARVALHO, R.S. de. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigado de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários**. In: Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. BROSE, Marcuse (org.). Porto Alegre-RS: Tomo Editorial, 2005

PERTENSON, P. & ROMONO, O.J. (org). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. AS-PTA. Rio de Janeiro-RJ. 1999.144pg.